



RESOLUÇÃO N° 384/2012 - CST

Dispõe sobre julgamento do auto de infração n° 856391, em nome da EMPRESA REAL TRANSPORTE E TURISMO S/A., conforme Processo n° 201000029003204.

A Câmara Setorial de Transportes do Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei n° 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação modificada pela Lei n° 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando que o disposto no art. 19, da Lei n° 13.569, de 27 de dezembro de 1999, modificada pela Lei n° 17.268, de 04 de fevereiro de 2011, estabelece que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente serão inicialmente, apreciadas e deliberadas pela respectiva Câmara Setorial, cabendo, da decisão desta, recurso à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, órgão regulador;

Considerando o disposto na Lei n° 8.987/95, Decreto n° 2.521/98, ambos da ANTT que dispõem sobre a exploração mediante permissão e autorização de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, e ainda o Convênio firmado entre ANTT/AGR, conferindo poderes à última para a fiscalização do transporte interestadual de passageiros nas rodovias estaduais;

Considerando o que consta do processo, principalmente os pareceres técnico e jurídico, os quais são adotados na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando o disposto na Resolução n° 233, de 25 de junho de 2003, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, que regulamenta a imposição de penalidades por parte da ANTT, no que tange ao transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

Considerando que a EMPRESA REAL TRANSPORTE E TURISMO S/A., infringiu o art. 2º, Inciso I, “L” da Resolução n° 3075/2009, por trafegar com veículo em serviço sem documento de porte obrigatório, não previsto em infração específica, no original ou cópia autenticada, no percurso Santo Ângelo-RS / Vila Rica-MT, foi autuada em 22/04/2010, nos termos do auto de infração n° 856391,

Considerando a decisão da Câmara Setorial de Transportes, em reunião realizada em 02/03/2012,

R E S O L V E:

Art. 1º Manter o auto de infração n° 856391, em nome da EMPRESA REAL TRANSPORTE E TURISMO S/A., por descumprimento da legislação vigente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara Setorial de Transportes do Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 02 dias do mês de março de 2012.

Ana Carolina de Lima Costa
Conselheira Coordenadora



José Duarte dos Santos
Conselheiro